

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA NOTURNO

Vanessa Silveira da Rocha

**REFLEXÕES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA
FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Santa Maria, RS
2019

Vanessa Silveira da Rocha

REFLEXÕES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia, licenciatura (noturno), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito para obtenção do título de **Pedagoga**.

Orientadora Prof^a. Dr^a. Jane Shumacher

Santa Maria, RS
2019

Vanessa Silveira da Rocha

REFLEXÕES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia, licenciatura (noturno), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito para obtenção do título de Pedagoga.

Aprovado em 22 de agosto de 2019:

Jane Schumacher, Dr^a. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Márcia Paixão, Dr^a. (UFSM)
(Avaliadora)

Santa Maria, RS
2019

DEDICATÓRIA

Ao meu namorado e a minha família que são a base da minha estrutura.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe Valdirene, que sem ela eu não seria a pessoa que sou hoje.

Ao meu namorado Jeferson, que sempre esteve ao meu lado independentemente de qualquer decisão.

Aos meus irmãos, Vanise, Felipe e João que me dão forças todos os dias para seguir em frente e mostrar a eles que tudo podemos.

A minha orientadora Prof^a. Dr^a. Jane, que com toda a sua empatia e conhecimento, me incentivou, orientou e tornou possível a conclusão deste trabalho.

Sou imensamente grata a todos estes citados a cima!

RESUMO

REFLEXÕES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

AUTORA: VANESSA SILVEIRA DA ROCHA
ORIENTADORA: PROF^a. JANE SCHUMACHER

Este trabalho de conclusão de curso tem como tema a Educação de Jovens e Adultos, que segundo a Constituição de 1988 em seu art. 288 assegura que todos os cidadãos possuem o direito ao Ensino Fundamental, amparada pelo art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). O objetivo do estudo é discutir a importância desta modalidade de ensino e suas práticas pedagógicas. Também é discutido as legislações sobre EJA e as práticas pedagógicas mencionadas em artigos científicos. A metodologia do estudo tem como base a pesquisa qualitativa para análise de dados, a pesquisa bibliográfica. Tendo como recurso para análise de dados, a pesquisa bibliográfica realizadas em periódicos da CAPES e perguntas abertas a estudantes de EJA. Os resultados indicam que existe uma defesa de produção de material didático para esta modalidade de ensino, da necessidade de os cursos iniciais repensarem seus currículos e discutirem as estratégias de formação durante o processo formativo, sendo alfabetização e letramento algo que se completam e necessário para a interpretação do cotidiano. Conclui-se que não basta programas voltados para ensino de EJA, mas também, investimento nos currículos de formação de licenciados para atuarem nesta modalidade de ensino.

Palavras chave: Educação de Jovens e Adultos. Formação de professores. Práticas Pedagógicas.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1- Número de matrículas na EJA no estado do RS.....	17
Imagem 2- Estabelecimentos que oferecem a Educação de Jovens e Adultos no RS.....	18
Imagem 3- Número de matrículas no Brasil.....	19

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior
CEB	Câmara de Educação Básica
CNE	Conselho Nacional de Educação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MOVA	Movimento de Alfabetização
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	13
2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DO EJA.....	13
2.2 A PRÁTICA DOCENTE NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	15
2.3 EJA NO RIO GRANDE DO SUL E NO BRASIL: ALGUMAS REFLEXÕES	17
3. METODOLOGIA	21
4. RESULTADOS: APRESENTANDO OS DADOS SOBRE A EJA	22
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	26

1. INTRODUÇÃO

Segundo a Constituição Federal do Brasil de 1988, art. 208, todos os cidadãos de todas as faixas etárias possuem o direito ao ensino fundamental. Assim como as outras modalidades de ensino, a Educação de Jovens e Adultos também é amparada pelo Art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB- 9.394/96, no qual expressa que a educação possui como finalidade, o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mercado de trabalho.

Dados do INEP 2007- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, apontam que mais de 13 milhões de brasileiros não concluíram o ensino fundamental, além disso, 56 milhões de pessoas estão fora da escola no país e sem terem concluído o ensino fundamental.

Dados da edição de 2017 apontam que a taxa de reprovação no 3º ano é de 11% no Brasil, esse número fica ainda mais alarmante quando esse número se repete no 9º ano, o fracasso escolar é o grande causador do impacto direto no desenvolvimento do aluno nos anos seguintes, sendo um indicativo responsável da dificuldade dos alunos se manterem estimulados a prosseguir na escola, tudo isso resulta em uma queda de 1,8 milhões de matrículas no ensino regular.

Todos os cidadãos brasileiros possuem o direito de concluir os estudos independentemente da idade. Os artigos 37 e 38 da LDB- 9.394/96 garantem o acesso ao ensino para jovens e adultos, ou seja, no Art. 37 assegura que esta modalidade possui como princípios oferecer uma educação básica e de qualidade para jovens e adultos que não tiveram oportunidade ou acesso aos estudos no ensino fundamental e médio na idade própria e que por algum motivo foram excluídos do sistema educacional, a EJA existe para contribuir de forma significativa com o desenvolvimento intelectual de jovens e adultos. No Art. 38 confirma que os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

A distorção idade- série e as reprovações ao decorrer do ensino fundamental é outro motivo influente ao aumento crescente nas matrículas para a Educação de Jovens e Adultos, hoje 3,6 milhões de alunos frequentam essa modalidade de ensino. Através de estudos pode-se constatar que esse número não é bem visto aos olhos de pesquisadores do INEP que concluem que é inaceitável que pessoas nascidas nos

anos 90 componham esse percentual tão alarmante. A desistência destas pessoas está relacionada a três grandes questões sociais, vulnerabilidade, gravidez na adolescência e trabalho.

As dificuldades que os estudantes de EJA passam para frequentar esta modalidade de ensino surgem desde a formação do Pedagogo (a), pois o ensino de EJA é um assunto pouco discutido durante a formação de Pedagogos, na prática a grande maioria dos educadores não possuem qualificação para atender o público desta modalidade, este é um dos maiores motivos para ocorrer a grande evasão escolar de jovens e adultos também nesta etapa de ensino.

Portanto, este trabalho de Conclusão de Curso busca, discutir a importância da modalidade de ensino para os jovens e adultos, e as práticas pedagógicas na formação de pedagogos (as). O estudo será efetivado a partir da análise das legislações vigentes sobre EJA, sobre a atuação do pedagogo na EJA através das práticas pedagógicas mencionados nos artigos científicos pela apresentação da análise do número de escolas que ofertam EJA no RS e aplicação de questionários com alunos de EJA.

Assim, o problema que será discutido no Trabalho de Conclusão de Curso busca responder o seguinte questionamento: Quais os aspectos pedagógicos que deveriam ser focados no curso de formação referente a modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos?

Assim será apresentado abaixo alguns aspectos bibliográficos referentes a EJA, aspectos históricos da EJA, pratica docente na Educação de Jovens e Adultos, EJA no Rio Grande do Sul e no Brasil: algumas reflexões. Em seguida serão apresentadas as metodologias, os resultados e as considerações finais.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EJA

Segundo Almeida (2015), a educação de Jovens e Adultos surgiu no Brasil com a chegada dos jesuítas, afim de alfabetizar os jovens e adultos indígenas e propagar a fé católica. No século XVIII houve a exclusão desta etapa de ensino com a chegada da família real e conseqüentemente com a expulsão dos Jesuítas.

Somente em 1934 com período marcado pela estruturação do Brasil e uma nova configuração da acumulação capitalista no país que alterou significativamente as exigências referentes à formação, qualificação e diversificação da mão de obra, que a classe burguesa do país permitiu o mínimo de educação a todos, sem que isto ameaçasse o nível de exploração exercido sobre a classe trabalhadora. Contudo o governo cria o PNE- Plano Nacional de Educação, que estabelecia como dever do estado o ensino primário integral, gratuito, obrigatório e extensivo para adultos como um direito constitucional. (ALMEIDA e CORSO, 2005)

Durante a década de cinquenta, surgiram severas críticas, devido ao caráter superficial do aprendizado, ao curto período e à inadequação do método para a população adulta. A partir de então, ao longo dos anos até 2005 foram criados vários programas educacionais em prol a educação de jovens e adultos, e que sempre foram considerados como problemas de política nacional.

Depois de tantas reviravoltas surge, então, uma nova referência no panorama da educação brasileira para Jovens e Adultos. O professor Paulo Freire, que foi o maior representante na educação desta época, suas mobilizações proporcionaram debates e reflexões sobre a educação de jovens e adultos, suas ideias ameaçaram tanto a classe elite brasileira, que depois do golpe militar em 1964 Freire foi preso e exilado. (WEFFORT, 1967)

Seus métodos fundamentavam-se numa pedagogia libertadora, prevendo mais do que a alfabetização, estabelecendo um elo de sentido entre conteúdos e a vida dos indivíduos, possibilitando a tomada de consciência e a conseqüente criticidade na concepção e visão de mundo. Freire procurava também destacar o exercício do direito de todo cidadão de ter acesso a uma educação de qualidade bem como de possibilitar ações conscientizadoras e organizativas o que caracterizou a educação de adultos como um poderoso instrumento de ação política. (HADDAD e PIERRO, 2000)

O ensino obrigatório e de qualidade para todos que não tiveram acesso na idade certa não é apenas uma dialética entre dívida social e, sim, um direito no âmbito constitucional, consequência de conquistas e de lutas dos movimentos sociais.

Assim o art. 208 da Constituição Federal do Brasil, define como responsabilidade do estado o ensino fundamental obrigatório e gratuito também relacionado a Educação de Jovens e Adultos, que começou de forma efetiva em 1988, sendo assim o ensino fundamental obrigatório é para todos independentemente da idade e não apenas para crianças. (BRASIL, 2016)

Para complementar, no art. 206 deve prevalecer a igualdade de condições de acesso e permanência na escola, e no art. 3, para que se promova o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer formas de discriminação. (BRASIL, 2016)

Em 1998 foi aprovado as Resoluções nº2 de 15/4 e nº3 de 23/6 pela Câmara de Educação Básica (CEB) referentes as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental e Médio. Com isso a EJA passou a ser considerada uma modalidade de Educação Básica nas etapas de ensino fundamental e médio, mas isso não foi suficiente para uma educação de qualidade para jovens e adultos. (MEC, 2000)

Conforme o parecer

Iniciativas e encontros, intermediados por sessões regulares da CEB, sempre com a presença de representantes do MEC, foram fundamentais para pensar e repensar os principais tópicos da estrutura do parecer. As sugestões, as críticas e as propostas foram abundantes e cobriram desde aspectos pontuais até os de fundamentação teórica. (CNE/ CEB 11/2000)

Nos dias de hoje existem dois termos de políticas públicas referentes ao ensino de EJA

A primeira que se refere à descentralização das responsabilidades, promovendo uma ampla participação de todos os setores da sociedade, delegando o dever pelo desenvolvimento e sucesso dessa modalidade, sem, no entanto, nortear esse processo e dar condições mínimas para sua efetivação; e a segunda se refere à proposta de educação à distância. (OLIVEIRA, *et. al.*, 2012, p. 186)

Segundo (BRASIL, 1997) nas últimas décadas houve mudanças significativas na taxa de analfabetismo e evasão escolar o que resulta em um acréscimo sistemático no número de matrículas em todas as modalidades de ensino, por outro lado, através

de pesquisas realizadas pelo (SAEB/95) reafirmam a baixa qualidade de desempenho dos alunos em relação a educação. Os resultados destas pesquisas reafirmam a necessidade de investimentos para a melhoria da qualidade de ensino.

O desempenho escolar dos alunos reflete os aspectos de formação dos professores, desse modo a má qualidade de ensino que os educadores tiveram antes de começar a atuar no meio educacional influenciam diretamente nos resultados de ensino.

Além de uma formação inicial consistente, é preciso considerar um investimento educativo contínuo e sistemático para que o professor se desenvolva como profissional de educação. O conteúdo e a metodologia para essa formação precisam ser revistos para que haja possibilidade de melhoria do ensino. A formação não pode ser tratada como um acúmulo de cursos e técnicas, mas sim como um processo reflexivo e crítico sobre a prática educativa. Investir no desenvolvimento profissional dos professores é também intervir em suas reais condições de trabalho. (p. 25)

Conforme podemos verificar, é importante o investimento educativo de forma continuada e não ser tratada com acúmulos de cursos, mas como algo reflexivo e crítico.

2.2 A PRÁTICA DOCENTE NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Durante a disciplina de Inserção e Monitoria no oitavo semestre do curso de Licenciatura/ Pedagogia- Noturno no ano de 2018 da Universidade de Santa Maria/ RS, tivemos a oportunidade de observar e realizar uma prática educativa com ensino de EJA em uma turma mista com indivíduos desde a alfabetização até 5º ano do Ensino Fundamental, em uma escola na cidade de Júlio de Castilhos- RS.

No primeiro dia participei de uma aula de reforço com um aluno analfabeto, a professora dava aulas para ele voluntariamente, pois o mesmo não conhecia os numerais e nem as letras e estava em uma turma de quinto ano. A professora levava atividades de nível de alfabetização, porém muito infantil, o aluno possuía muita dificuldade em lembrar as letras e os numerais, o método que a professora usava para ensiná-lo era muito confuso, por exemplo, ela ensinava uma palavra depois escolhia uma letra desta palavra e ensinava outra palavra e dava atividades na qual ele tinha que colorir os desenhos. Admiro muito à vontade que a professora possuía em ensiná-

lo e a vontade que ele tinha de aprender, porém acredito que os métodos não eram os melhores para que esse desenvolvimento ocorresse.

A coordenadora relatou que não possuíam tanto auxílio governamental e educacional como recebiam para as modalidades de ensino regular, a dificuldade era enorme e a maioria dos educadores não tinham formação adequada para licenciar no ensino de EJA.

Nas instituições públicas destinadas a esta população, a exemplo da justiça, saúde e educação, é possível constatar a reprodução de um comportamento discriminatório por parte dos agentes institucionais ao perceber que estes sujeitos não conseguem corresponder às expectativas da instituição. (PONTES e CLARK, p. 66)

A maioria dos educadores de EJA estão licenciando nesta área por uma remuneração extra. Durante esse processo de acompanhamento com essa turma, percebi que os educandos demonstravam muito interesse em estudar, em aprender a calcular, ler e escrever, porém não conseguiam acompanhar as aulas pois não sabiam o que estavam copiando, contudo, essa falta de empatia dos educadores para com os educandos, a desvalorização do governo, a falta de recursos para essa classe estudantil resulta na grande evasão escolar de jovens e adultos.

Segundo Griffante e Berlotti,

Nessa trajetória de ensino e aprendizagem, o desafio da participação, do envolvimento, da inclusão e da equidade frente a nossa vasta diversidade cultural, pela qual precisamos trabalhar diante do conceito de transformação: precisamos aprender a ser, a viver juntos, a fazer e a conhecer; só assim poderemos dizer que incluímos e somos incluídos. (2013, p. 3)

As práticas dos educadores (as) de EJA precisam ser repensadas, os desafios são gigantes, mas tudo deve ser levado em consideração, como a desigualdade social, a diferença de saberes, cultura e vivências. É a partir das reflexões do contexto precisam ser levados em consideração, que o educador (a) terá convicção de que a prática vai se estabelecendo como campo de efetivação de saberes e fazeres na docência. Sendo assim, tais conhecimentos produzidos no cotidiano escolar servem de construções para novas teorias. (AMORIM E DUQUES, 2017)

Aprender é um ato individual, somos seres singulares, construímos conhecimento de acordo com nossa capacidade intelectual, afetiva e motora.

No ensino, é muito importante o que se diz; na aprendizagem, o que se faz, mesmo quando o fazer significa dizer. Aprender não é repetir algo que foi ensinado, mas criar algo semelhante, a partir da iniciativa individual de quem aprende. Quando simplesmente se repete um modelo, não ocorre exatamente uma aprendizagem. Ela vai aparecer somente quando a pessoa, por ação própria, conseguir realizar algo de acordo com as expectativas alheias (CAGLIARI, 1999, p. 37).

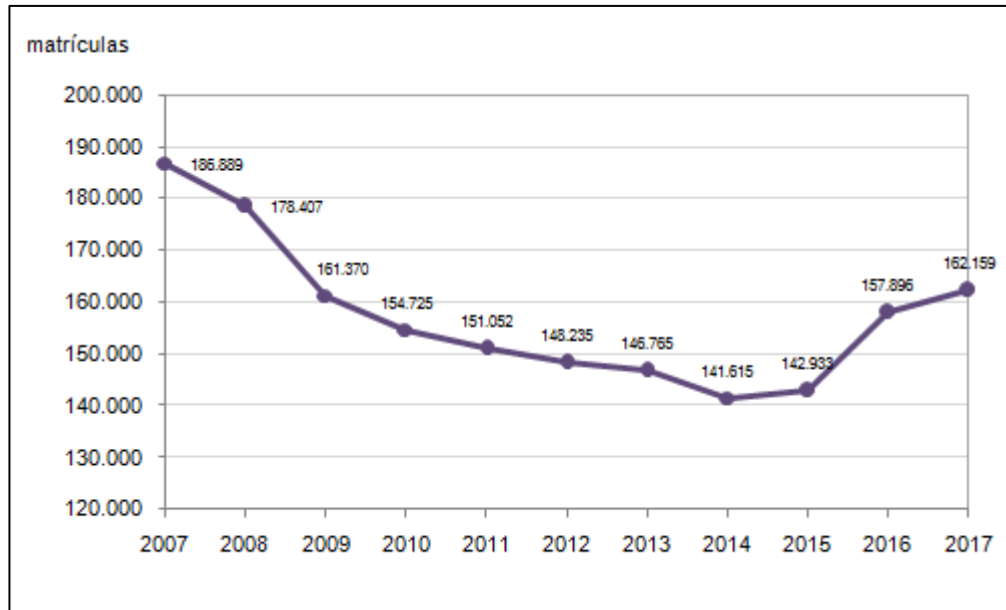
Ao pensar nas formas de construção de conhecimento, percebe-se o quanto o ser humano é complexo e transformador. É necessário que ao viver em grupo seja aprendendo, ensinando, construindo sejamos capazes de identificar e compreender pontos de vista diferentes para que o objeto a ser construído possa ter a criatividade e as ideias que atenda às necessidades de todos os envolvidos nessa construção

2.3 EJA NO RIO GRANDE DO SUL E NO BRASIL: ALGUMAS REFLEXÕES

A imagem 1 mostra o número de matrículas no ensino de EJA no estado do Rio Grande do Sul.

O Rio Grande do Sul possui 3,6% das matrículas brasileiras na EJA. Segundo o censo escolar do INEP o número de matrículas em 2007 caiu de 186.000 para 141.000 no ano de 2014, porém esse número volta a crescer para 162.000 até o ano de 2017. Das instituições de ensino que ofertam esta modalidade 84% são públicas e 16% são privadas, isso pode ser observado no gráfico abaixo.

Imagem 1- número de matrículas na EJA no estado do Rio Grande do Sul

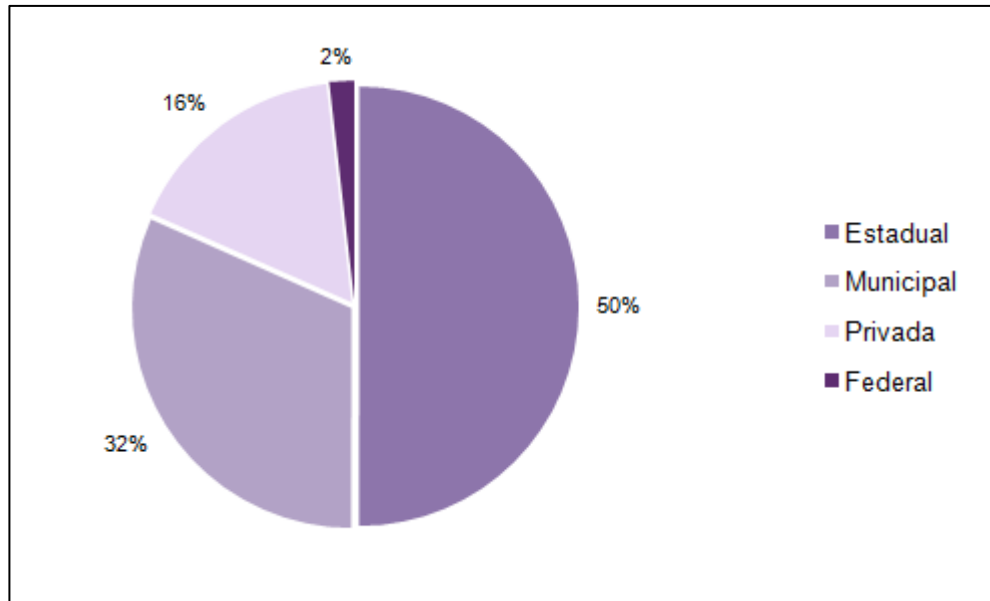


Fonte: (MEC/INEP, 2017)

A imagem 2 apresenta estabelecimentos na Educação de Jovens e Adultos no RS, por dependência administrativa 2017.

Através deste, percebemos que existe um predomínio das escolas estaduais ofertando 50% de ensino de EJA. A responsabilidade com este ensino é visível também nos municípios que são responsáveis por 32% na formação de EJA, e o baixo número de instituições federais com apenas 2% responsáveis pela oferta desta modalidade de ensino.

Imagem 2- Estabelecimentos que oferecem a Educação de Jovens e Adultos no RS



Fonte: (MEC/INEP, 2017)

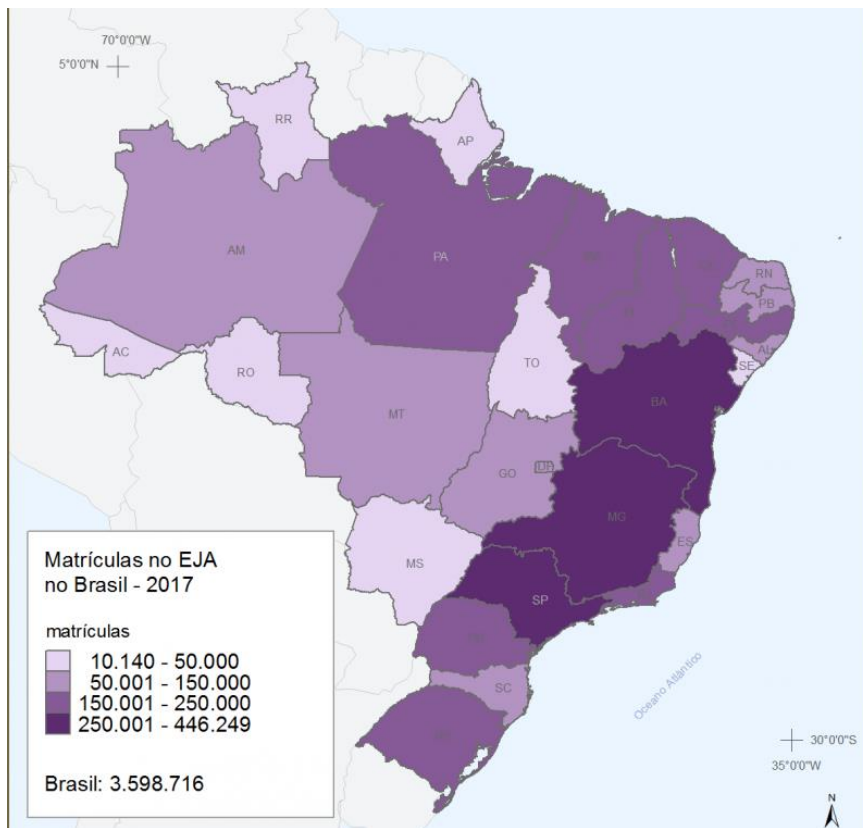
Na imagem 3 podemos ver o número de matrícula no Brasil. Um relatório de pesquisa elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) DE 2012, mostra que entre 100 países, o Brasil ocupa a 3º posição de país com maior taxa de evasão escolar.

Se levarmos os dados de matrículas no Brasil, há um predomínio nos estados de BA, MG e SP, pois, nestes estados se concentram os maiores números de evasão escolar. Uma pesquisa do Censo Escolar de 2016 indica que a modalidade de EJA está recebendo alunos (as) com baixa idade provenientes do ensino regular.

A má qualidade de ensino leva os alunos ao desinteresse e acabam trocando os estudos pelo mercado de trabalho. As três principais causas que levam aos adolescentes a abandonarem os estudos nesses estados são as condições socioeconômicas das famílias, as condições das escolas e os currículos.

Esses jovens em geral vêm direcionados da rede regular por serem velhos para estarem na escola, como tentativa de corrigir a defasagem idade-série. Declara Êda Luiz, coordenadora geral da unidade do Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos no estado de SP, que diz que já recebeu tentativas de matrículas de adolescentes de 13 anos de idade, segundo a reportagem do site Todos Pela Educação de 2015.

Imagem 3- número de matrículas no Brasil



Fonte: (MEC/INEP, 2017)

Nos anos de 1989-1992 Paulo Freire foi secretário municipal de educação na cidade de São Paulo, na qual por ser a segunda maior cidade da América Latina é também o centro financeiro do Brasil. O número de analfabetos com 15 anos ou mais atingia 10% da população e era um problema que atingia as camadas mais pobres do município, com a intenção de mudar o cenário atual da educação, Paulo Freire foi símbolo de mudanças na Educação de Jovens e Adultos.

O autor SINGOLANO ainda cita que

Quatro prioridades marcaram a gestão de Freire em São Paulo: 1) ampliar o acesso e a permanência dos setores populares – principais usuários da educação pública; 2) democratizar o poder pedagógico e educativo para que todos – alunos, funcionários, professores, técnicos, pais de família – se vinculassem num planejamento autogestionado; 3) incrementar a qualidade da educação, mediante a construção de um currículo interdisciplinar e da formação permanente do pessoal docente; 4) finalmente, a quarta grande prioridade da gestão foi combater o analfabetismo de jovens e adultos em São Paulo (p.2).

Durante a administração de Freire foi desenvolvido o projeto Movimento de Alfabetização (MOVA), umas das maiores experiencias inspiradas nas práticas freirianas para combater o analfabetismo, com o objetivo de desenvolver um processo de alfabetização e contribuir para a consciência política dos jovens e adultos, incentivar a participação nas lutas pelos direitos básicos incluindo uma educação de qualidade e ampliar o trabalho de líderes comunitários que contribuem para esse processo de alfabetização nas periferias da cidade.

No ano de 2003 o projeto foi encerrado, porém tomou uma enorme proporção em outros 10 estados espalhados pelo Brasil e já alfabetizou milhares de jovens e adultos até os dias de hoje. (SINGOLANO, p. 4)

Após as análises teóricas, será apresentado a metodologia.

3. METODOLOGIA

De acordo com Trivinos (1987) a pesquisa qualitativa, esta modalidade de estudo inicia-se na década de 70 na América Latina pelos aspectos qualitativos na educação, no qual o ensino sempre caracterizou-se pelo destaque de sua realidade qualitativa onde se fazia complementar pelos aspectos quantitativos, ou seja, quantidade de analfabetos, crescimento do número de matrículas, professores capacitados, etc., facilitando o confronto de perspectivas diferentes de entender o real.

O autor ressalta que toda pesquisa deveria ser, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa, mas, na prática, geralmente transformam a estatística num instrumento fundamental quando deveria ser elemento auxiliar sem interpretação mais ampla dos dados.

Argumenta ainda que não entendemos as pesquisas de natureza qualitativa não precisam apoiar-se na informação estatística, não significando que sejam especulativas, e que as dificuldades para entendermos a Pesquisa Qualitativa acontecem pela abrangência do conceito e dos limites deste campo de investigação tanto no seu caráter teórico quanto empírico.

Temos expressado que a quantificação dos fenômenos se apoia no positivismo e, naturalmente, também no empiricismo. As posições qualitativas baseiam-se especialmente na fenomenologia e no marxismo. Por isso, em geral podemos distinguir dois tipos de enfoques na pesquisa qualitativa, que correspondem a concepções ontológicas e gnosiológicas específicas, de compreender e analisar o real. (TRIVINOS, 1987 p. 117)

Mas, nessa forma de pesquisa, de forma geral, segue-se uma rota ao realizar uma investigação. O pesquisador qualitativo que considera a participação do sujeito como um dos elementos de seu fazer científico apoia-se em técnicas e métodos que têm as características de ressaltar a implicação da pessoa que fornece a informação: entrevista semiestruturada, aberta ou livre, questionário aberto, observação livre ou participante, método clínico de análise de conteúdo. Assim, é necessário adotar algumas técnicas e métodos específicos da Pesquisa Qualitativa, prioritariamente sobre a base de uma orientação teórico-metodológica clara e bem definida anteriormente. (TRIVINOS, 1987, p. 118)

Usarei para análise de dados a pesquisa bibliográfica,

A pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico em que se baseará o trabalho. Consistem no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa. (AMARAL, 2007, p. 1)

Essa pesquisa bibliográfica terá como base os artigos periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) tendo como critério os trabalhos produzidos nos últimos 3 anos **COM O TERMOS DE BUSCA "EJA e propostas didática"**.

Também irei utilizar uma entrevista com perguntas abertas com 5 alunos de EJA de 5º ano na cidade de Júlio de Castilhos- RS, com intuito de compreender essa modalidade de ensino.

O questionário terá as seguintes perguntas: porque foi para EJA, como se sente na EJA, porque acha que existe a Educação de Jovens e Adultos, o que mais gosta na EJA e porque, o que pretende fazer depois de concluir a EJA e por fim terá uma questão pedindo para o indivíduo escrever 3 palavras que vem em sua cabeça quando pensa na EJA.

Esses dados serão discutidos nos resultados que serão feitos a baixo.

4. RESULTADOS: APRESENTANDO OS DADOS SOBRE A EJA

Tendo como base as pesquisas bibliográficas, os artigos periódicos da CAPES com o termo de busca EJA e Propostas Didáticas, foi selecionado 3 artigos que apresentam os seguintes resultados.

Artigo 1: Um novo olhar sobre a produção didática da EJA: as produções do meio escolar, escrito por MELLO publicado em 2013, traz como proposta didática a importância do material impresso, dando relevância aos livros didáticos para o ensino de jovens e adultos.

Este material que é destinado a EJA possui uma grande diversidade e variedade em livros didáticos, sendo um elemento fundamental da atuação político pedagógico.

Através de pesquisas foi concluído que a diferença é notável entre os materiais produzidos para o ensino regular e os destinados para o ensino de EJA em questão de produção material.

Atualmente os livros didáticos destinados a EJA é escasso, enquanto para o ensino regular são destinados materiais impressos em excesso.

Muitos dos livros didáticos são produzidos por educadores, que usam suas experiências com o ensino de EJA para a elaboração dos mesmos.

Através dos livros didáticos, os educadores formulam estratégias e obtém recursos pedagógicos para as aulas.

Ao longo dos anos as produções de material didático adotaram diferentes modelos, sendo eles produzidos por agentes de instituições ou pelo governo.

Os autores defendem um maior investimento em produções de materiais didáticos produzidos pelos educadores e educandos, pois o contexto social na modalidade de EJA não é a mesma do ensino regular, e não existe ninguém melhor que os envolvidos neste meio educacional para a elaboração de materiais destinados aos jovens e adultos.

Segundo esta publicação, percebe-se a defesa da produção de materiais didáticos no ensino de EJA sendo esta, diferente do ensino regular.

Artigo 2: Formação de Professores para a Educação de Jovens e Adultos: desafios, propostas curriculares e considerações sobre o direito à educação, escrito por BARBOSA, SOUZA E LINO, publicado em 2018.

Os autores defendem uma formação de qualidade para professores da modalidade de Ensino de Jovens e adultos, afim de obter uma concepção inclusiva fazendo jus ao art. 208 da constituição, onde assegura que todos independentemente

da idade possuem o direito ao ensino fundamental de qualidade. Além de promover a ampliação dos olhares sobre os sujeitos e valorizar as experiências presentes no próprio conceito de formação.

Existe a necessidade de os cursos de formação de professores repensarem seu currículo para garantir a Constituição de 1988.

Há alguns anos o currículo permitia a formação de professores, específicos para cada modalidade, os anos foram se passando e o currículo se alterando. Atualmente a versão curricular reafirma a compreensão da ação pedagógica da docência na escola para assumir múltiplos espaços educativos.

Assim o currículo atua apenas como um artefato de conteúdos e não como um conjunto de experiências e de aprendizagens.

Esses autores dão ênfase a formação de qualidade para a modalidade de ensino de Jovens e Adultos. Destacam a necessidade de os cursos de formação repensar os currículos e discutir estratégias de ação durante o processo formativo.

Artigo 3: Alfabetização e Letramento na Educação de Jovens e Adultos, escrito por SEGRILLO e SILVA em 2011.

As autoras defendem que a alfabetização e o letramento para jovens e adultos não servem apenas para ensiná-los códigos e letras, mas sim para interpretar e fazer o uso no cotidiano social.

O indivíduo alfabetizado apenas lê, já o letrado além de ler também interpreta e atende as demandas da leitura e escrita, produzindo gêneros textuais.

Sendo assim, alfabetização e letramento se completam e é possível alfabetizar letrando.

Para as práticas pedagógicas durante esse processo, é necessário que o educador use do contexto social dos educandos, motivando-os a permanecerem na escola envolvendo suas experiências cotidianas.

O (a) educador (a) possui um papel fundamental como mediador de conhecimentos, para que essa mediação ocorra é necessário o diálogo entre educador e educando, deste modo ambos aprendem e compartilham saberes.

A autoavaliação das metodologias educacionais dos educadores deve ser contínua para que haja um bom desenvolvimento durante o processo de alfabetização e letramento dos jovens e adultos.

Este artigo destaca a necessidade de ensinar códigos e letras como forma de interpretar e usar no cotidiano. Destacam a alfabetização e o letramento como algo

que se completam. E que o (a) professor (a) é um mediador de conhecimento, por isso através do diálogo em sala de aula, docente e estudantes aprendem juntos compartilhando saberes.

Com base nos questionários aplicados com 5 estudante de EJA, podemos verificar que as idades variam entre 16 e 28 anos de idade. Na questão sobre o motivo de irem para a modalidade de EJA, 2 responderam para trabalhar e ajudar em casa, 2 porque reprovaram no ensino regular e 1 por causa da gravidez na adolescência.

Estes são os maiores problemas sociais causadores da evasão escolar, o estudo do MEC (2017) aponta que a repetência de 17,4% na 7ª série e 22,6% na 8ª série só não é maior devido ao aumento da evasão escolar, a taxa de evasão cresce continuamente ao longo desta etapa de educação.

As respostas para a questão sobre o porquê eles acham que existe a Educação de Jovens e Adultos, responderam que é para dar oportunidade para aqueles que não conseguiram terminar os estudos ou que não tiveram acesso na idade própria, ou para aqueles que precisam trabalhar durante o dia.

A dificuldade dos jovens para conciliar trabalho e estudo torna o ensino de EJA no período noturno é a melhor opção, já que muitos jovens e adultos entre 15 e 17 anos já exercem alguma atividade remunerada, muitos com a necessidade de compor a renda familiar.

Em 2007, o Conselho Nacional de Educação (CNE) discutiu a possibilidade de aumentar a idade mínima para o ingresso do ensino fundamental de EJA para 18 anos, hoje permitido com 15 anos, com a intenção de proibir o ingresso de adolescentes nesta modalidade de ensino, mas felizmente essa proposta não foi aprovada, pois consequentemente deixaria milhares de adolescentes sem a oportunidade de estudar, sendo muitos motivos causadores das desistências escolares na educação regular.

Todos responderam que se sentiam bem no ensino noturno e que ao concluírem os estudos, 2 mencionaram que gostariam de cursar o ensino superior e 3 apenas trabalhar. As palavras que mais se repetiu ao escreveram quando pensavam na Educação de Jovens e Adultos foi, aprendizado, educação, compreensão e emprego.

Para Paulo Freire, a escola deve ser um espaço de organização política das classes populares e um centro irradiador de cultura integrado à sociedade. Neste sentido, a escola/educação deve colocar o (a) aluno (a) em contato com os

movimentos sociais, organizações políticas e instituições públicas. Ao mesmo tempo em que deve atuar como um agente que promove e organiza atividades culturais e educativas juntamente com a comunidade. (FREIRE, 2000)

Através destes questionários podemos perceber que a maioria dos estudantes de EJA querem concluir os estudos para terem um emprego melhor e alcançar suas metas de vida, já que muitos enfrentam problemas de ordem social. A instabilidade na vida deles não permite que tenham a educação como prioridade, conseqüentemente os leva a abandonar a escola muito jovens.

Não há um trabalhador do ensino, no Brasil ou em qualquer sociedade, como algo abstrato, universal. O trabalhador do ensino, enquanto tal, é um político, independentemente de se é, ou não, consciente disto. Daí que me pareça fundamental que todo trabalhador do ensino, todo educador ou educadora, tão rapidamente quanto possível, assuma a natureza política de sua prática [...]. Situando-se entre os educadores e as educadoras progressistas do Brasil, hoje, diria que nos assumir assim significa, por exemplo, trabalhar lucidamente em favor da escola pública, em favor da melhoria de seus padrões de ensino, em defesa da dignidade dos docentes, de sua formação permanente. Significa lutar pela educação popular, pela participação crescente das classes populares nos conselhos de comunidade, de bairro, de escola. Significa incentivar a mobilização e a organização não apenas de sua própria categoria, mas dos trabalhadores em geral como condição fundamental da luta democrática com vistas à transformação necessária e urgente da sociedade brasileira (FREIRE, 2000, p. 50).

Com base nos questionários, podemos perceber que os estudantes de EJA procuram por uma formação de qualidade para futuramente ter um emprego e ocupar um lugar na sociedade, já que as dificuldades sociais dificultaram a eles a oportunidade de estudar na idade certa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os aspectos pedagógicos focados nos cursos de formação referente à modalidade de ensino de EJA deve levar em conta as dificuldades que alunos (as) e professores de EJA enfrentam para manter uma educação de qualidade.

Outro aspecto se refere às motivações sociais que levam jovens e a adultos a procurarem esta modalidade de ensino é crescente a cada ano. Através de pesquisas para a realização deste trabalho me possibilitou citar muitos motivos que levam os jovens abandonarem o ensino regular nos dias de hoje.

Também deve ser levado em consideração a desmotivação educacional leva a reprovação constante e conseqüentemente a distorção idade- série, sendo este, a grande razão pelo grande número de evasão escolar, levando aos jovens a concluírem os estudos no ensino noturno de EJA.

Outros motivos a serem levados em conta é a evasão escolar é a dificuldade em relacionar trabalho com os estudos, pois muitos jovens começam a trabalhar desde cedo para ajudar na renda familiar ou a gravidez na adolescência que levam as meninas a abandonarem os estudos.

Os artigos e Resoluções são claras, todos independentemente da idade possuem o direito a uma educação de qualidade, porém, ainda existem muitas dificuldades em relacionar a prática com a teoria.

O governo ainda trata esta modalidade como um dever governamental e não como um direito desta população, muitos programas não oferecem apoio aos educandos ou aos educadores. Muitos educadores dessa modalidade de ensino são despreparados ou desmotivados.

Os adultos, estudantes de EJA, muitas vezes desistem antes mesmo de concluir, por não conseguirem acompanhar o andamento da turma, não entenderem as exigências das disciplinas, pois já não possuem o mesmo raciocínio dos adolescentes que estão inseridos na mesma etapa.

A partir disso, cabe a gestão escolar e aos educadores buscarem métodos e teorias para estimular a não desistência dos jovens e adultos, os métodos educacionais devem ser voltados a realidade deste público, que acordam cedo e após um longo dia de trabalho acabam sentados em uma sala de aula, com educadores despreparados e suas metodologias de ensino normal.

Contudo, pode-se concluir que não basta apenas programas voltados para o ensino de EJA, mas sim para a formação de professores (as), tornando-os capacitados para licenciarem em uma modalidade de ensino completamente diferente do ensino regular.

O que me faz perceber que durante a minha formação que resultou em 5 anos de estudos, tive apenas uma disciplina de ensino de EJA, o que também não me torna preparada para trabalhar com jovens e adultos. Esta situação se confirma através dos resultados obtidos nas análises dos artigos bibliográficos e dos questionários discutidos neste Trabalho de Conclusão de Curso.

Afirmando assim, a importância desta modalidade de ensino, bem como as práticas pedagógicas utilizadas neste contexto, ser abordado durante o processo de formação inicial do licenciado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A; CORSO, A. **A educação de jovens e adultos: aspectos históricos e sociais.** 2015

AMARAL, João J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica.** 2007.

AMORIM, A; DUQUES, M. **Formação de educadores de EJA: caminhos inovadores da prática docente.** 2017.

BARBOSA, C.; SOUZA, J.; LINO, L.; **Formação de professores para a Educação de Jovens e Adultos: desafios, propostas curriculares e considerações sobre o direito à educação.** 2018

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental,** 1997.

BRASIL. Constituição (1988): **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 2016.

CAGLIARI, L. **Alfabetização sem o BÁ-BÉ-BI-BÓ-BU.** 1999.

Educação de Jovens e Adultos: A esfera pública estadual do RS é responsável por 82,3% dos estabelecimentos no Ensino de Jovens e Adultos. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/educacao-de-jovens-e-adultos-e-educacao-especial>> acesso em 03 de junho de 2019

Evasão: Censo Escolar revela “fracasso da escola”. Disponível em: <<https://www.portaliede.com.br/nova-escola-evacao-censo-escolar-revela-fracasso-da-escola/>> acesso em 04 de junho de 2019

GRIFFANTE, A; BERTOTTI, L. **Os desafios da EJA e sua relação com a evasão.** 2013.

FREIRE, P. **A educação na cidade.** São PAULO: Cortez, 2000

MELLO, P. **Um novo olhar sobre a produção didática da EJA: as produções do meio escolar.** 2013

OLIVEIRA, A; LIMA, M; PINTO, E. **Educação de Jovens e Adultos (EJA): Perspectivas metodológicas e aprendizagem significativa.** 2012

PONTES, E. CLARK, G. **A má-fé institucional a educação de jovens e adultos no Brasil.**

Por que jovens de 15 a 17 anos estão na EJA. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/2882/por-que-jovens-de-15-a-17-anos-estao-na-eja>> acesso em 10 de julho de 2019

SEGRILLO, P.; SILVA, A. **Alfabetização e letramento na Educação de Jovens e Adultos**. 2011

Todos pela educação: 30% dos alunos da Educação de Jovens e Adultos têm entre 15 e 19 anos no Brasil. 2015. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/educacao/2015/05/30-dos-alunos-da-educacao-de-jovens-e-adultos-tem-entre-15-e-19-anos-no-brasil>> acesso em 07 de agosto de 2019

TRIVINOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. SP. 1987

WEFFORT, F. **Educação e política (reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da liberdade)**. 1967